



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 024 e 025

CURITIBA, TERÇA/SEGUNDA-FEIRA, EM 06/12 DE ABRIL DE 2004 ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
06 DE ABRIL DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Geraldo Cartário.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/N

Curitiba, 06 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Nós, os Deputados Estaduais da Bancada do PDT abaixo assinados, com base no artigo 10 e parágrafos do

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, comunicamos a escolha do Deputado Barbosa Neto como Líder da Bancada do PDT.

(aa) BARBOSA NETO, RENATO GAÚCHO,
AUGUSTINHO ZUCCHI e NEIVO BERARDIN

Questão de Ordem:

**ENCAMINHA QUESTÃO DE ORDEM À
PRESIDÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO**

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa e considerando o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 215 do mesmo diploma e o estabelecido nos parágrafos 4º e 6º do artigo 71 da Constituição Estadual, levanta a seguinte Questão de Ordem:

A Proposição de Veto Parcial nº 35/04, relativa aos efeitos retroativo do Plano de Cargos e Salários dos Professores deste Estado (Projeto de Lei nº 003/2004), recebida em 15 de março último, e cujo prazo para apreciação nesta Assembléia Legislativa expira no dia 14 deste mês, será incluída na Ordem do Dia da Sessão Ordinária subsequente?

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Líder da Oposição

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 587/2003, de sua autoria, que altera dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta Casa, Menção Honrosa, ao Sr. Katsutoshi Nonaka, por ter se destacado como grande benfeitor e colaborador do Centro Cultural e Social “São Francisco Xavier”, com sede no Município de Maringá, através de doações enviadas do Japão, possibilitando, desta forma, não só auxílio para a manutenção da Escola e da creche, como a construção de benfeitorias no respectivo Centro Cultural.

Apesar de residir no Japão, o senhor Katsutoshi Nonaka, tem mantido com perfeita assiduidade o seu compromisso com o Centro Cultural e Social “São Fran-

cisco Xavier”, que mantém a Escola São Francisco Xavier e a Creche Monsenhor Kimura em Maringá. Participante de ações que estão levando à construção de uma área de 4.401 m², da qual já estão concluídos 3.381 m², o Sr. Nonaka marcou para estar no Brasil no dia 13 de maio deste ano, quando virá vistoriar a aplicação dos recursos por ele oferecidos.

O proposto no presente requerimento é um homem inteiramente voltado para o social, tanto no seu país de origem, quando no nosso Estado do Paraná.

Aproveitamos para anexar documentos do Centro Cultural e Social “São Francisco Xavier”, de Maringá, os quais comprovam o nosso propósito de homenagear tão ilustre figura com a Menção Honrosa aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Assim, dito e justificado solicito a sua aprovação.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que a Tribuna da Assembléia Legislativa seja utilizada no horário do Expediente, e do dia 20 de abril de 2004, pelo Sr. Dr. Milos Alcalay, até então Chefe da Missão da República de Venezuela junto à ONU e ex-embaixador no Brasil para que relate as questões vivenciadas pelo povo de Venezuela e suas relações com o Brasil e a América Latina, em especial seus desdobrados de natureza sócio-política-econômica para os povos latino-americanos.

Milos Alcalay nasceu no dia 08 de novembro de 1945. Formando em advocacia pela Universidade Católica André Bello de Caracas em 1970, completou seus estudos no Instituto Internacional de Administração Pública de Paris (IIAP).

Iniciou sua carreira diplomática em 1970 como 3º Secretário na Embaixada da Venezuela em Paris (1970-1971), em 1972 foi nomeado chefe do Gabinete do Ministro de Relações Exteriores.

Em 1978 voltou a Paris como conselheiro da Embaixada da Venezuela, e um ano depois foi nomeado Ministro Conselheiro na Missão Permanente da Venezuela ante a Comunidade Econômica Européia, cargo que ocuparia até 1983.

Em, 1990, ficou encarregado da Embaixada na Romênia, em 1992, de Israel, e em 1997, do Brasil, onde esteve até ser nomeado Embaixador perante as Nações Unidas.

Entre estas missões diplomáticas, foi Vice Ministro de Relaciones Exteriores entre 1995 e 1996, com o governo de Rafael Caldera.

Além destes cargos, tem sido representante permanente do Parlamento Latino Americano e do Parlamento

Andino perante o Parlamento Europeu, e perante a Assembléia Parlamentarista do Conselho da Europa.

Também exerceu o cargo de coordenador de Relações Inter-parlamentares do Congresso da Venezuela (1983-1985), de Secretário Geral do Parlamento Andino (1984-1985) e de Secretário Permanente do Parlamento Andino (Bogotá, 1985-1989).

Durante sua carreira profissional tem recebido diversas condecorações, entre outras a Ordem de São Carlos, a Ordem Vladimir Tudorescu, da Romênia, a Ordem Heráldica de Cristóbal Colón, da República Dominicana, a Grande Cruz ao Mérito, da Alemanha, e a Ordem do Libertador Simón Bolívar.

Possui familiares residentes em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) RATINHO JUNIOR

REQUERIMENTO Nº 494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos anais desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Coneglian, ocorrido em 02 de abril de 2004.

Que, da decisão se dê ciência à família com o envio de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Arnaldo Coneglian chegou na cidade de Barbosa Ferraz, em 13 de outubro de 1952, vindo de Marília-SP, em cima de um caminhão de tora, com algumas caixas de remédios, quando instalou a farmácia São Jorge.

Na época não havia médico e era ele quem que fazia as vezes do médico e do farmacêutico da localidade.

Em 1960, lutou muito pela criação do município de Barbosa Ferraz, junto com outras pessoas da comunidade as quais, depois de muitas gestões junto as lideranças estaduais conseguiram a emancipação política.

Nas eleições de 1962, foi candidato a Vereador pelo PTB quando foi o mais votado, ocupando a presidência da Câmara Municipal. Sempre desenvolveu seu trabalho em benefício do povo.

Elegeu-se Prefeito por três vezes, com a realização de várias obras que beneficiaram o povo e o município de Barbosa Ferraz.

Foi por duas vezes presidente da Associação dos Municípios do Paraná, em eleição memorável.

Deixa a esposa, Dona Iracele Garcia Villar Coneglian e seis filhos: Arnaldo, Luizene, José Diogo, Lucimar, César e Sandro.

Rogamos a Deus para que descanse em paz e que a sua querida família continue sua brilhante trajetória e na sementeira dos seus exemplos mais dignos de amor, fé e credibilidade.

REQUERIMENTO Nº 511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilustre Senhor Presidente do Andirá Country Club Maurílio Fernandes Martins.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Pastor Carlos Marchioro, pelo lançamento do livro “História da IEAD - Ministério de Rio Brando Sul” no dia 04 de abril de 2004 em Rio Branco do Sul.

Requer aqui, que se dê ciência, ao ilustre autor do livro, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Castelo Branco, 57 - CEP 83.540-000 - Rio Branco do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente a este douto Poder Legislativo, REQUERER, depois de ouvido o Plenário, sejam concedidos votos de congratulações aos jornalistas paranaenses, pelo Dia do Jornalista, comemorado em 07 de abril.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Anualmente, no dia 07 de abril, é comemorado o Dia do Jornalista.

Jornalismo é definido como o conjunto de atividades necessárias à produção e distribuição de jornais, revistas e outros periódicos. Por extensão, é a prática de captação de informação para rádio, televisão e outros meios de comunicação.

O jornalista trabalha em todo o processo de produção e veiculação de informações. É o responsável pela apuração da veracidade dos acontecimentos, a redação, o planejamento e a organização de todas as etapas até que a notícia chegue ao público alvo.

Como principal agente da imprensa, o jornalista é essencial para a existência do estado democrático. Com satisfação podemos destacar a imprensa paranaense como uma das melhores e mais respeitadas do País.

Isso é possível graças à existência de empresas de comunicação sérias, de sindicatos da categoria fortes e atuantes, mas, principalmente, graças à qualidade e à competência dos jornalista que, no dia-a-dia, relatam a construção da nossa história.

Com o presente requerimento, prestamos justa e merecida homenagem a esses profissionais tão importantes, registrando nos Anais desta Casa de Leis, votos de congratulações pela passagem do seu dia.

Seja cópia deste encaminhado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná (Rua José Loureiro, nº 211, Curitiba, CEP 80.010-140), e também ao Sindicato dos Jornalistas de Londrina (Casa do Jornalista, Rua Samuel Wainer, 17, Jardim Mediterrâneo, CEP 86.047-100).

REQUERIMENTO Nº 495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações à equipe de saúde da US 24hs do Campo Comprido em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

As Unidades de Saúde 24 horas de Curitiba constituem uma importante inovação do Sistema de Saúde, aqui implantadas como estratégia de atendimento em escala para toda a cidade e posteriormente adotadas pelo Brasil afora.

Essas Unidades de Saúde, em número de cinco, funcionam ininterruptamente como centros de atendimento a urgências, diretamente ligados aos grandes hospitais de referência do Sistema Único de Saúde, o que proporciona à população em geral acesso facilitado e especializado em casos que necessitam atendimento imediato.

A Unidade de Saúde 24 horas do Campo Comprido funciona há dez anos, atendendo à população dentro das características descritas.

Embora sua grande estrutura física, seus equipamentos, materiais de consumo e medicamentos, o serviço que presta está essencialmente assentado em sua valorosa equipe de trabalhadores da saúde, que dia após dia dedicam-se, com crescente empenho, à proteção e recuperação da saúde da população daquela região.

É a eles que devemos em participar estas congratulações, por ocasião do aniversário da Unidade, em reconhecimento ao trabalho que realizam.

REQUERIMENTO Nº 503

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam aprovados votos de congratu-

lações ao jornal Diário do Povo, do município de Pato Branco, pela passagem do 18º aniversário.

Comemoramos o seu 18º aniversário e por isso, estamos muito satisfeitos, por poder contar o jornal Diário do Povo, que é responsável direto pelo desenvolvimento de nossa região Sudoeste. São 18 anos de informação séria que muito contribui e contribui para a melhoria da formação do senso crítico da população sudoestina.

Aproveito ainda para deixar meus agradecimentos a toda equipe deste jornal, que todos os dias trabalha em busca das melhorias para as comunidade do Sudoeste.

Importante salutar ainda que este jornal sempre tem dado a importância e o espaço devido para as questões da mulher, o que para nós, mulheres, tem um significado muito importante e merece destaque e agradecimento.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao SINDILOC - Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores Equipamentos e Bens Móveis do Estado do Paraná, pela posse de sua Diretoria Triênio 2004/2007, ocorrida no dia 25 de março do corrente.

Trata-se de uma entidade sindical atuante, dinâmica, que presta excelente serviços aos seus associados. Ressaltamos, ainda, a dedicação e competência do Presidente do Sindicato, Sr. Paulo Celso Barbosa, empresário empreendedor com grande experiência no ramo de locação, que com sua ampla visão empresarial, proporciona às empresas apoio e orientações, visando sempre a qualidade e presteza na prestação de serviços à comunidade paranaense.

Muito nos tranquiliza que o SINDILOC, como representante sindical da categoria, atua em defesa e qualificação dessa atividade imprescindível ao desenvolvimento de nosso Estado. Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta Homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório.

Registramos nossos melhores cumprimentos ao Presidente, Sr. Paulo Celso Barbosa, extensivo aos funcionários, à diretoria e demais funcionários e colaboradores. Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, solicitando informações da SANEPAR sobre a ampliação da rede de abastecimento de água no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, tendo em vista já terem sido perfurados poços artesianos, estando prontos para serem utilizados.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação e Ilma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR, solicitando urgente reforma geral do prédio que abriga o Colégio Estadual Castelo Branco, do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Com aproximadamente 25 anos de atividades e recebendo ao longo deste tempo apenas pequenas reformas, o Colégio Estadual Castelo Branco, encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando urgentemente de reforma geral nas áreas administrativa, de lazer e nas 14 salas de aulas onde freqüentam 770 alunos divididos entre o ensino fundamental e o médio.

Desejamos, com a referida proposição, oferecer ao corpo docente e discente do Colégio Castelo Branco, melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.

REQUERIMENTO Nº 507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário Padre Roque Zimmermann, solicitando a conclusão da obra de construção da piscina na APAE de Pirai do Sul, tendo em vista que está aguardando a liberação de recursos para a sua conclusão.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando o envio de uma viatura para a Cidade de Pirai do Sul, dos 10 veículos destinados ao Batalhão de Ponta Grossa, e que, segundo entrevista do Secretário, quando

de sua estada em Ponta Grossa na última sexta-feira - 02.04.2004, serão liberados até o dia 15.04.2004.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 504

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria José Nascimento, residente à Rua Dr. Galeno de Brito, nº 89 - Bairro Novo A, que pede uma solução para o problema do esgoto que vem sendo jogado no Ribeirão dos Padilhas.

Há dois anos atrás, a SANEPAR implantou rede coletora de esgotos, porém o esgoto não recebe tratamento e vêm causando muitos problemas para a comunidade, além do perigo de contaminação de doenças. Os moradores pagam a taxa de esgoto e querem uma solução urgente, uma vez que a situação é realmente crítica.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 289-7263.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 505

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Professor João Loyola - Bairro Pinheirinho, que pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, principalmente em frente a esse colégio.

Muitos assaltos ocorrem no local; são roubados tênis dos alunos, bem como uniformes, material escolar e outros pertences. A situação é muito grave e necessita urgentemente de providências. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará tranquilidade aos alunos e seus pais, bem como a toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 506

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do Sr. Adir de Paula, residente à Rua Cidade Santa Mariana, nº 111 - Conjunto Coqueiros - Bairro Sítio Cercado, que pede, em regime de urgência,

uma solução para o problema do esgoto que vem transbordando em sua residência.

Ocorre que o esgoto final da rua não tem boca-de-lobo para seu escoamento, e o esgoto oriundo de outras ruas causa refluxo na sua residência. A situação é muito crítica. Ele tem filhos pequenos e teme por contaminação de doenças. Afirmar ter feito tal pedido à Sanepar várias vezes, porém não foi atendido até a presente data.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 379-2846.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, REQUERER envio de informações referentes à quantidade da sobra das amostras de soja, milho e farelo retidas para análise, dos caminhões e vagões que descarregam no porto de Paranaguá, conforme abaixo:

- qual a quantidade de retenção de soja, milho e farelo para amostra por caminhão e vagão?

- Qual a quantidade, valor e o destino que é dado à sobra das amostras de soja, milho e farelo?

Outrossim, solicitamos que as informações sejam de outubro a dezembro de 2003, e dos meses de janeiro a março de 2004.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) WALDIR LEITE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam alterados o inciso XVIII do artigo 30 e o parágrafo 18, do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 - ...

XVIII - Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais.

Art. 33 - ...

§ 18 - À Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais compete manifestar-se sobre as proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e assuntos internacional em geral.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de ampliar as atribuições da atual Comissão do MERCOSUL, acompanhando outras Assembléias Legislativas que integram o Bloco Brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL.

A alteração pretendida proporcionará à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná celebrar junto a outros Países das Américas do Sul, Central e do Norte, como, também, com outras nações do mundo, programação de ajuda mútua cultural, social e comercial, que temos a certeza trará benefícios ao Estado do Paraná, ao Brasil e a todos os países participantes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 100/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação das Datas do Lote Urbano sob nºs 19,20 e 21, situado na Quadra nº 10, contendo a área total de 1.848,00m², localizado no quadro urbano da Sede do Município, pertencente ao patrimônio Municipal, conforme matrícula sob nº 1206, livro 02, folha nº 01, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Terra Boa, com as seguintes divisas e confrontações: com a Rua Rubens Carlos Pereira, no rumo SE 2º17' numa frente de 43,17 metros; com a data nº 18 no rumo SO 87º43' numa extensão de 34,00 metros; com a data nº 15 no rumo NO 34º13'40" numa distância de 18,40 metros; com a parte da data nº 22 no rumo NE 18º13' numa extensão de 41,00 metros; e finalmente com a Rua Osvaldo Cruz no rumo SE 71º47' numa frente de 31,22 metros. Sendo todas as datas mencionadas pertencentes a quadra nº 10 da Planta de Terra Boa, outorgada pelo Município de Terra Boa a favor do Estado do Paraná, em 09 de dezembro de 1.998, tendo em vista o descumprimento dos prazos e finalidades estipulados.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O projeto que ora apresentamos ter o objetivo de viabilizar a revogação da doação ao Estado do Paraná do imóvel urbano para a construção da sede do Pelotão da Polícia Militar de Terra Boa.

Tal solicitação fundamenta-se no fato de que não foi cumprido o disposto no Parágrafo Único da Lei Municipal nº 682/98, que dava ao Estado o prazo de 02 (dois) anos para a referida construção.

No momento a Prefeitura Municipal de Terra Boa está pleiteando a revogação da lei em tela, pois deseja construir o Prédio da Câmara Municipal no terreno em questão.

PROJETO DE LEI Nº 101/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Operações de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente sobre a saída, em operações internas, para a aquisição de ônibus para utilização exclusiva no transporte coletivo de passageiros, na forma, no prazo, nas condições e na disciplina de controle estabelecidos em regulamento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A isenção do ICMS incidente, nas operações internas, sobre a compra de ônibus destinados ao transporte coletivo de passageiros é muito importante para a categoria.

A diminuição do preço do ônibus permite maior renovação da frota, dando assim mais segurança, conforto, causando menor poluição e diminuindo também o custo da manutenção; todavia, a isenção só pode ser concedida se autorizada por convênio aprovado pelo CONFAZ.

De acordo com esse entendimento e ciente da necessidade dessa medida, venho propor o presente projeto de lei, que, por ser justo, há de contar com o apoio dos colegas desta egrégia Casa.

PROJETO DE LEI Nº 102/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os ex-servidores estatutários do Estado do Paraná que perderam a qualidade de segurados do Instituto de Previdência vinculado ao Estado, que não recebiam nenhum benefício do INSS e que não tenham utilizado o tempo para outro benefício, receberão um benefício especial proporcional ao tempo trabalhado e ao cargo exercido, nunca inferior ao salário-mínimo, desde

que contem com pelo menos 60 anos de idade, se mulher, e 65 se homem.

Art. 2º - O benefício será custeado pelo Tesouro do Estado e pela Parana Previdência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

O trabalhador tem garantia de aposentadoria proporcional por idade, mesmo que não tenha mais vínculo com o INSS; ou seja, mesmo que tenha perdido a qualidade de segurado (Lei Federal assim garante).

Não se entende o porquê de um servidor público que tenha trabalhador em regime estatutário, contribuindo com a Previdência do Estado e hoje, em idade avançada fique desamparado de qualquer previdência.

Todo o tempo de trabalho ficou perdido, salvo se encontrou outro emprego e contou o tempo para a aposentadoria no INSS, neste caso, não será beneficiado por esta lei.

Tais servidores não têm direito à aposentadoria porque não são mais detentores de cargo público, diz a Administração Pública; no entanto negar qualquer benefício é o mesmo que premiar o órgão da administração pública que utilizou mão-de-obra qualificada sem qualquer encargo e ainda fez todo o desconto previdenciário; negar sem analisar o direito constitucional em sua totalidade é prejudicial.

Nosso projeto de lei se afina com os princípios e objetivos fundamentais da Constituição Federal, em especial os inscritos no artigo 1º, inciso III (dignidade da pessoa humana) e IV (valor social do trabalho), e no artigo 3º, inciso I (construir uma sociedade justa e solidária), III (erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais) e IV (promover o bem de todos).

Devemos lembrar, outrossim, que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social (Cf, artigo 193), competindo ao Poder Público organizar a segurança social tendo por objetivo a universidade da cobertura e do atendimento (Cf, artigo 194, único, I).

Diante do exposto, justifico o projeto de lei que dispõe sobre concessão benefício especial aos ex-servidores estatutários do Estado do Paraná, com idade superior a 60 aos, se mulher, e 65 anos, se homem, solicitando aos nobres pares desta Casa de Lei o apoio, tendo em vista o significado social do referido projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 103/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentas das taxas de extensão de redes de água, esgoto e energia elétrica, as instituições sem fins lucrativos que prestem assistência social no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Incluem-se entre elas as instituições religiosas de qualquer culto.

Art. 2º - A cobrança de tais serviços poderá ser feita dos novos usuários que vierem solicitar as primeiras ligações.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

As extensões de água, esgoto e energia elétrica são integralmente pagas pelo primeiro consumidor solicitante. Isto já não é justo e muito mais injusto é a cobrança de instituições que, sem fins lucrativos, prestam relevantes serviços sociais, colaborando com o Estado e os Municípios aos quais competiria a obrigação de atendimento.

Ao incluirmos o artigo 2º, estamos prevendo os recursos necessários, cabendo às empresas apenas o ônus do financiamento, até que ocorram novas ligações.

Isto posto não estaremos criando despesas nem promovendo renúncia financeira.

PROJETO DE LEI Nº 104/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Alto Bela Vista com sede no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Moradores Alto Bela Vista é uma associação civil, sem fins lucrativos, econômicos, políticos, partidários ou religiosos com duração por tempo indeterminado, fundada em 24 de setembro de 1995 com sede na Rua Presidente Dutra, 145, Alto Bela Vista, Sabará, no Município de Curitiba-PR.

Trata-se de entidade que tem por finalidade promover e contribuir para a formação e o desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da Associação, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e de bem-estar da comunidade.

A Associação desenvolve intenso trabalho muitas vezes em parceria com a Prefeitura Municipal como é o

caso da troca de lixo reciclado por comida, das inscrições no Armazém da Família, do programa de compras comunitárias e vários outros. A Associação provê, em convênio com os Correios, caixas-postais para todos os moradores da comunidade. Conquistou também uma área de 500m², uma área de 640m² para construção de uma creche, iluminação de ruas e asfaltamento.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 105/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarado de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães União Vila das Torres, com sede no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães União Vila das Torres é uma associação civil, sem fins lucrativos com duração por tempo indeterminado fundada em 13 de maio de 1997, com sede na Av. Comendador Franco, 681, Vila das Torres, Prado Velho, no Município de Curitiba-PR.

Trata-se de entidade que tem por finalidade desenvolver programas beneficentes, culturais, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral.

A Associação também possui a função de representar seus associados judicial e extra-judicial na defesa de seus direitos constitucionais relativos à atenção integral, ao tratamento e garantia de medicamentos necessários.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Clube, que no ano de 2002 somou mais de 1200 atendimentos, através de trabalho totalmente voluntário, observamos a relevância social e o reconhecimento da população, que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 106/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Cultural Celinauta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural Celinauta este ano comemora seus 50 anos de fundação e durante todas essas décadas vem prestando à população do Sul do país (Sudoeste do Paraná e Oeste do Estado de Santa Catarina), um excepcional trabalho, com competência, determinação e dedicação ao público.

Com três canais de mídia: a TV Sudoeste, Rádio Celinauta AM 1010 e Rádio Movimento FM 97.5, permite chegar aos mais remotos lares sempre o melhor da informação e conhecimento, educando a evangelizando a população, graças à sua eficaz e diversificada programação.

A Fundação Celinauta, pela qualidade e profissionalismo da direção da emissora e de seu quadro de funcionários vem, ao longo desses anos, exercendo relevantes trabalhos de caráter assistencial, atuando nos diversos setores de sua competência com profundo respeito ao cidadão.

Para justificar a presente proposição, relacionamos as atividades prestadas pela Fundação Celinauta através de sua programação:

- avisos de utilidades públicas, solicitados pela União, Estado ou Município, principalmente aos municípios localizados no Sudoeste do Paraná;

- atendimento de solicitação de cópias de reportagens solicitadas pela promotoria pública para fins jurídicos;

- avisos solicitados pela Justiça Eleitoral;

- divulgação de campanhas de entidades assistenciais e públicas: APAE, asilos e outras entidades filantrópicas;

- notas e avisos de utilidades públicas solicitadas por órgãos que prestam serviços à comunidade, tais como: COPEL, SANEPAR, Prefeituras e demais órgãos de competência assistencial e informativa;

- transmissão de programas políticos e partidários nos três veículos de comunicação;

- divulgação das obras e acontecimentos da região, através de noticiários locais;

- avisos de extravio e perdas de documentos solicitados;

- avisos de solicitação e localização de pessoas que por hora estejam desaparecidas ou residam em locais distantes e incertos;

- por seu caráter de fundação com um objetivo franciscano de evangelização, durante a sua grade de programação executa vários programas que visam mostrar a necessidade dos menos favorecidos e auxiliar através de doações recebidas dos ouvintes e telespectadores;

- durante a grade de programação há várias inserções realizadas pelos oficiais franciscanos, transmitindo mensagem de amor, compaixão e humildade.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 107/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Beneficente Evangélica Liberdade (OBEL), com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Organização Beneficente Evangélica Liberdade (OBEL), fundada em 06 de agosto de 2001 busca, através de seus objetivos traçados a luta incansável da melhoria das condições de vida do homem, a promoção humana, o desenvolvimento, o aprimoramento e o aperfeiçoamento. Objetivos estes desenvolvidos através das parcerias, do envolvimento de toda a sociedade, minimizando os problemas dos moradores de Itaperuçu, com um trabalho voltado para atender as crianças, jovens e idosos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Organização Beneficente Evangélica Liberdade de Itaperuçu (OBEL).

PROJETO DE LEI Nº 108/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Maranata (ABEMA), com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Maranata (ABEMA), fundada em 15 de julho de 1997, tem como seus objetivos principais: o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, ao amparo as crianças e adolescentes carentes, à integração ao mercado de trabalho, à habilitação e reabilitação dos portadores de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária, a educação secular e religiosa, a cultura, a saúde e busca a recuperação dos toxicômanos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Maranata (ABEMA) de Palmas.

PROJETO DE LEI Nº 109/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Martins, com sede e foro no Município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Bairros da Vila Martins, fundada em 27 de abril de 2001, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Foi declarada de Utilidade Pública Municipal em 2003, no Município de Reserva.

A Vila Martins nasceu como loteamento, organizado pelo próprio prefeito municipal, e que passou por uma série de dificuldades, pois não teve uma organização correta com a infra-estrutura, bem como saneamento básico, energia elétrica e rede de esgoto. E foi assim que os moradores se organizaram, como associação, para terem força nas reivindicações do bairro, tentando buscar soluções para os problemas e amenizar o sofrimento dos mesmos.

Face ao relatado e por conhecermos o excelente trabalho desenvolvido pela referida instituição, esperamos o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 110/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Rodovia Miguel Nasser, o trecho da PR-405, que liga os Municípios de Morretes e Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Propomos este plano de lei com o objetivo de homenagear um homem que ajudou a escrever a história do Paraná, através de seu brilhante trabalho.

Salomão Miguel Nasser, beduíno autêntico, emigrou do Líbano para o Brasil nos princípios do recém-passado século. A exemplo de muitos de seus patrícios, carregou malas no braço, por alguns anos e até amealhar recursos pecuniários para abrir uma portinha de loja. Vilegiatura persistente na atividade de mascate através dos rincões de Minas Gerais e malmente conhecedor da nossa língua, Salomão fez jus ao sangue corrente nas veias, o

de comerciante nato; e intimorato nos desafios próprios da época: estradas precaríssimas, meios de comunicação nem por sonho, mas desenvolvendo sem recuos a sua atividade de mascatear. Um herói para a época.

Miguel Nasser foi o primogênito de Salomão e correspondeu plenamente em vida aos laços genéticos, através de muitos empreendimentos de que participou, em Minas Gerais e São Paulo. Acabou adotando o Paraná revestindo-se-lhe a cidadania a partir de 1950. Daqui nunca mais afastou-se e em Curitiba está sepultado, como também de seus filhos curitibanos, o Maurício Nasser, que em vida foi Deputado Federal Constituinte, em Brasília, representando o Paraná. Miguel Nasser, viveu adiante de seu tempo. Como comerciante adotava pioneiras estratégias mercadológicas que ao decorrer dos anos acabaram assimiladas e copiadas.

Transformou uma loja de tecidos pelo ramo de artigos domésticos que marcou época em Curitiba. E desse embrião criou várias filiais no interior do Paraná e Santa Catarina.

Ainda bem antes da abertura da estrada Cacatu - Guaraqueçaba (20/12/70), Miguel adquiria um lote de terras rurais na litorânea cidade, cobertas de mata virgem. Para alcançar o local o único acesso era por via marítima, até Guaraqueçaba, mais doze quilômetros por estrada precária até alcançar as terras. Pois Miguel não abusou com desmatamento, preferindo colocar-se como precursor no mister de proteção à Mata Atlântica. Não extraiu as madeiras nobres e tampouco dizimou o palmital nativo: pelo contrário, contratou e operou a sementeira para o advento de mais frutos no futuro, o qual infelizmente ele nem alcançou. Não tendo sacrificado a floresta, Miguel aproveitou a parte baixa das terras onde exercitou experiência pioneira na região com o plantio de um café entremeado com lavoura de arroz. Outra concomitante experiência constituiu o seu esforço para a criação de bubalinos. Com sucesso.

Para a colonização de suas terras, Miguel empregava na época mão-de-obra local, a de nativos caiçaras e ampliava sempre a assistência social para esse povo. Remunerava-o pelo valor justo e fazia mais: levava de Curitiba suprimento básico, como charque, toucinho, querosene, trigo, sal, açúcar e outros itens, entregando aos trabalhadores com base na metade do custo.

Miguel Nasser manteve laços de relacionamento com todos os políticos de Guaraqueçaba e sempre procurou ajudar em tudo que representasse favorecimento ao progresso do município, sem se preocupar com as cores políticas do indivíduo.

Miguel Nasser, nascido em 06/12/1914 e falecido em 27/12/1984, está sepultado em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer aos Parlamentares que, conforme entendimento entre as Lideranças, não teremos Pequeno e nem Grande Expediente, só Horário das Lideranças.

Concedido a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, é a seguinte minha questão de ordem: com relação à Proposição de Veto nº 35, de 2004, do Sr. Governador, que, efetivamente, trata do Plano de Cargos e Salários dos Servidores, veto apostado no artigo 47 da referida lei.

O Regimento Interno, Sr. Presidente, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no seu artigo 215 parágrafo 2º e 3º prescreve que: “Os projetos devolvidos à Assembléia com voto total ou parcial do Governador serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual permitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias”.

§ 2º - “O veto será apreciado em Sessão única, dentro de 30 dias, a contar do recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - “Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final”.

Sr. Presidente, tem um despacho de V. Exa. na Proposição de Veto nº 35, onde o senhor recebeu no dia 15 de março, razão pela qual o prazo improrrogável para que seja apreciado, termina no dia 14.

Nós, como deputados de Oposição, estamos efetivamente estranhando que a Comissão de Constituição e Justiça ainda não exarou o seu parecer pela constitucionalidade para que o veto seja efetivamente apreciado.

Estamos comunicando aos Deputados, à Mesa e fazendo essa questão de ordem que, a partir do dia 15, vamos obstruir toda e qualquer Sessão, amparados no Regimento Interno da Assembléia Legislativa se, efetivamente, não for incluído na Ordem do Dia do próximo dia 15 de abril o veto apostado à Proposição nº 35.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer uma solicitação a V. Exa. que nós pretendemos cumprir esse prazo.

Vou fazer um apelo à Comissão de Constituição e Justiça. Nas últimas duas Sessões marcadas, não houve quórum. Mas, mesmo que não tenha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, vamos cumprir o prazo até o dia 15 próximo.

O SR. DURVAL AMARAL (**Questão de Ordem**)

Eu agradeço a V. Exa. o entendimento e já entendo como respondida a questão de ordem, encaminhada por escrito à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme entendimento das Lideranças, não há nem Pequeno e nem Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu faço uso da palavra para fazer, aqui, um pedido - não seria um voto de louvor - e que esta Casa parabeneze, não só em meu nome, mas em nome de todos os Deputados os jornalistas que nos acompanham, porque amanhã é o Dia do Jornalista.

Como não teremos Sessão no dia de amanhã, que fique aqui o registro, em nome de todos os Deputados desta Casa, para os jornalistas que nos acompanham.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho certeza que a lembrança de V. Exa., que os seus cumprimentos são os cumprimentos de todos os Parlamentares desta Casa.

Com certeza dentro de poucos dias, vamos reunir os Parlamentares com toda a imprensa que nos cobre aqui em um jantar de confraternização, que será bancado pelo Líder do Governo.

(Risos)

O SR. NATÁLIO STICA

Com certeza. Será com muita satisfação. Já está acertado meio a meio, o Presidente desta Casa e o Líder do Governo, a toda a imprensa que faz aqui um belíssimo trabalho e competente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos marcar para a semana que vem.

O SR. NATÁLIO STICA

Quero aproveitar para anunciar que o sindicato está criando a Frente Parlamentar de Comunicação.

Gostaria que os Deputados que tiverem interesse, nesta Casa, de participar desta frente, que procurassem depois o contato com o Sindicato dos Jornalistas, que faz esse belo trabalho.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PP; PFL; PSDB.

(Declinam)

PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, numa gentileza toda especial do Deputado Barbosa Neto, ao Líder do Partido.

(Risos)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da ironia...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Acredito que V. Exa. não tenha recebido com maldade.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não de V. Exa.

... da ironia de ter ido numa reunião partidária e ter recebido como comunicado, ao ler a pauta do dia: Substituição da Liderança do PDT, na Assembléia Legislativa. Eu nunca recebi um ato tão deselegante na minha vida, sobretudo porque todos os Deputados haviam assinado, aqui, para que eu liderasse o Partido em 2003 e 2004; rasparam a assinatura.

Sr. Presidente, fizeram esse ato como se fosse para diminuir a minha candidatura à Prefeitura de Curitiba. Pensaram que, com esse ato, estariam diminuindo as nossas energias. Enganaram-se redondamente, porque a militância do PDT se mobilizou hoje durante o dia inteiro. Recebi mais de 50 telegramas de pré-candidatos a Vereador de Curitiba, dizendo o seguinte: Não aceitamos a ditadura, queremos a convenção municipal. Quero ver qual é o Líder, que pode se furtar a aceitar a disputa democrática no Município. Se há eleição municipal, há o Partido constituído no Município, então ele, soberano e democraticamente há de decidir, qual será o candidato a representar o PDT, na Prefeitura de Curitiba.

Como democrata que sou, espero poder, e queira Deus que o PDT tenha um outro nome, para se contrapor à minha candidatura em Curitiba. E se for vencido pelo voto do militante estarei, prontamente, a ajudar o vencedor. Agora, entregar o PDT sem consultar a militância, é fazer negócio às escuras, e na política isso não cabe mais.

Por isso, tomara Deus que o PDT de Curitiba apresente um nome, para que democraticamente possamos colocar a nossa candidatura divergente de uma outra corrente do PDT. Agora, na canetada, isso cheira negócio! Na canetada é acordo! Desafio o PDT estadual e nacional, para que vença a convenção que disputarei no PDT.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Com todo respeito ao Deputado Neivo Beraldin que está muito magoado, cabem algumas ressalvas aqui. Ele entregou a Liderança quando tinha um item, lá no Partido, que é estatutário, de rotatividade da Liderança nesta Casa. Ele entregou. Isso é bom que fique claro.

Agora a questão política, tenho certeza, que os obstáculos internos o Deputado Neivo vai vencer. Com o prestígio extraordinário que goza da população curitibana terá um bom desempenho nessas eleições.

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de salientar o respeito que tenho pelo ex-Líder do PDT, Deputado Neivo Beraldin. Durante todo esse tempo fomos liderados por ele; não o contrariamos em nenhum momento.

Só quero fazer algumas colocações, já que a nossa reunião da Executiva Regional era o fórum para a discussão da mudança de líderes, dizer que o Regimento Interno desta Casa pode deliberar com a maioria dos seus

Deputados a qualquer momento, mesmo que haja uma assinatura. Isso foi colocado no dia 18 de fevereiro do ano passado. E agora, por entendimento da maioria dos Deputados do PDT desta Casa, houve por bem guindar-me essa condição de líder, que procurarei honrar, não desmerecendo aqui o Deputado Neivo Beraldin que, inclusive, tem o nosso apoio público num diretório municipal declarando-o como nosso candidato a Prefeito das eleições municipais.

Existe também registrado em Ata, o compromisso do Presidente Osmar Dias de que, viabilizando a sua candidatura, as coligações e a sua condição viável, eleitoralmente falando, o Deputado Neivo será o candidato do partido. Não houve canetada, porque foi discutido amplamente. Não se trata de negócio, nem de entreguismo, porque respeitamos, uma das reservas morais do nosso Estado inclusive referenciado pelos próprios adversários, que é o Senador Osmar Dias pela sua retidão e seu preparo.

Essa era a colocação respeitável que gostaria de frisar na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Só quero lembrar, pois acabei esquecendo, que o meu Partido PDT esqueceu de requisitar o tempo na televisão, tempo esse gratuito, onde todos os pré-candidatos de Curitiba estão colocando seus programas.

Houve um esquecimento.

Liderei uma Bancada difícil até aqui. O Deputado Augustinho Zucchi sempre esteve com o Governo. O Deputado Barbosa Neto faz parte da Bancada Independente. Na verdade, eu era líder de mim mesmo, praticamente, fora o companheirismo do Deputado Renato Gaúcho, que reputo como homem de palavra, que sempre me consultava para suas votações. Há males que vêm para o bem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a Liderança do PT.

(**Declina**)

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo este Horário da Liderança do PMDB, por deferência do nosso líder, para realçar a grande alegria da comunidade curitibana da Vila Sagrada Família, na Cidade Industrial de Curitiba, pelo lançamento, hoje, pelo Governador Roberto Requião, da “Tarifa Social da Água”.

A concentração do povo de manhã naquele local, na presença de Deputados e de Vereadores da Região Metropolitana de Curitiba, testemunhou esse grande avanço social do nosso Governo.

Estava lá presente também o Bispo Auxiliar de Curitiba Dom Ladislau Biernask. E ali se materializou a ocasião de a população paranaense ver na ação desse Governador uma ação concreta alusiva à Campanha da Fraternidade e à Páscoa deste ano. Água para quem precisa, para quem quer melhorar a saúde. Tarifa social para as populações mais humildes.

Tive o prazer de dar esse testemunho diante do povo da minha cidade e de ver a alegria dos curitibanos da Vila Sagrada Família, em poderem ter acesso à água e uma tarifa inferior a dois reais. Coisa que se consegue, porque se reverteu a desditosa privatização feita à sorrelfa, da SANEPAR.

Ocupo também este horário, para dizer que o Ministério Público, seja ele estadual ou federal, não pode usar o que vai escrito no jornal e cito como exemplo o que aconteceu comigo. Fui acusado, com base em textos publicados na Revista “Isto É”, por um repórter chamado Nino Pedrosa.

Vendo os desdobramentos do caso “Valdo Gate” na televisão, na sexta-feira da semana passada, em uma dessas tristes crônicas do caso Valdomiro, eu soube que esse Nino Pedrosa era, ao mesmo tempo em que me acusava e que servia de fonte para vestal de todos os procuradores (o Luiz Francisco de Souza foi recebido com honras aqui nesta Assembléia), o assessor de imprensa do Carlinhos Cachoeira, o bicheiro, o bingueiro, o contraventor que fez o Brasil sair no New York Times, “Charles Water Falls”.

O Nino Pedrosa que serviu de fonte ao Procurador, para me acusar, era o assessor de imprensa do bicheiro, bingueiro. Ora, se acusavam o Ministro de então, que queria moralizar o setor que ia imoral, por que faziam isso com um repórter que era ao mesmo tempo assessor do crime?

Então, cuidem os Procuradores, porque o Ministério Público é importante demais para beber em águas que sejam turvas, sobretudo quando elas vêm de cachoeiras cujas fontes não se conhece. Água boa é essa que o Requião serve quase de graça à população, a água do rio que nasce onde nasci.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Questão de Ordem, subscrita pelo Deputado Durval Amaral, constante do expediente, questionando a inclusão da matéria referente ao Projeto de Lei nº 003/2004, que diz respeito ao Plano de Cargos e Salários dos Professores deste Estado dentro do prazo estabelecido. **Respondida a Questão de Ordem na Sessão de hoje.**

Ofício subscrito pelos Deputados Barbosa Neto, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho e Neivo Beraldin, constante do expediente, comunicando a escolha do Deputado Barbosa Neto como Líder da Bancada do PDT. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 640/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE) em locais que especifica e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 640/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigados os estabelecimentos públicos ou privados e os eventos de grande concentração de pessoas a manterem, permanentemente, em local de

fácil acesso, um aparelho Desfibrilador Automático Externo (DAE) e uma pessoa qualificada a ofertar suporte básico de vida e manuseio técnico do referido aparelho, a fim de possibilitarem atendimento emergencial na ocorrência de parada cardíaca, de acordo com as normas do Comitê Nacional de Ressuscitação Cárdio Pulmonar.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, consideram-se estabelecimentos públicos ou privados de grande concentração e circulação de pessoas, os seguintes:

I - os aeroportos;

II - os shopping-centers;

III - os hipermercados;

IV - os estádios de futebol e ginásios de esporte, com capacidade superior a 1.000 (mil) pessoas.

V - as instituições de ensino superior;

VI - os clubes sociais e esportivos ou academias de ginástica com concentração ou circulação superior a 1.000 (mil) pessoas/dia;

VII - os centros de eventos e exposições com concentração ou circulação superior a 1.000 (mil) pessoas;

VIII - as igrejas, templos religiosos, assembléia de cultos, etc. e

IX - os teatros, casas de espetáculos, cinemas, com concentração ou circulação superior a 1.000 (mil) pessoas.

Art. 3º - Os estabelecimentos públicos ou privados, atingidos por esta norma, deverão adequar-se aos mandamentos impostos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - Na hipótese de descumprimento desta lei, poderá o Poder Público Estadual ou Municipal, manifestando-se no âmbito de sua competência, cassar a autorização de funcionamento do estabelecimento infrator.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.2004.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 093/2003, de 10/11/2003).**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Governador Antonio Anibelli, a ponte de concreto sobre o rio Ivaí, na PR-576, ligando Santa Mônica com o Município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino). COM PARECER

FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 465 de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral e Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 485, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 488, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 490, 507 e 508, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 493, de autoria do Deputado Ratinho Júnior constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 494, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 495, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 502 e 513, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 503, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 504 a 506 e 519, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 511, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 518, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 081, 719 e 728/2003; 045/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de 2004, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Srs. Deputados Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Miltinho Pupio e Vanderlei Iensen, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na seqüência, o Deputado Ademir Bier, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 02/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2002. Relator: Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

Ana Beatriz do Prado - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de 2003, às 14h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres Pares desta Comissão, Srs. Deputados: Elza Correia, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner e o Presidente da Comissão, Deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: primeiramente o Sr. Presidente solicitou à Secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior (14ª Reunião Ordinária). Na seqüência, o Sr. Deputado Elton Carlos Welter pede dispensa; todos aprovam. Então o Sr. Presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 1) Projeto de Lei nº 11/2003, autor: Deputado Geraldo Cartário. Propositura com resposta de diligência enviada ao Patrimônio do Estado. Relatora: Deputada Elza Correia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 502/2003, autor: Deputado Augustinho Zucchi. Relator: Deputado Elton Carlos Welter. Propõe diligência à FUNDEPAR, solicitação APROVADA; 3) Projeto de Lei nº 673/2003, autor: Deputado Augustinho Zucchi. Relatora: Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO; 4) Indicação nº 126/2003, autor: Deputado Vanderlei Iensen. Com VISTAS ao Deputado Miltinho Pupio na última reunião (14ª Reunião Ordinária), Indicação onde o autor sugere a reativação do contrato de transporte ferroviário com a Empresa Cimento Paraná. **Relator: Deputado Francisco Bühner, retorna à pauta com parecer FAVORÁVEL - APROVADO.** Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, Secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PAUTA 13/04/2004 ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 594/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 688/2003. Autora: Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 689/2003, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dispõe sobre a troca da água de lastro dos navios que operam nos portos marítimos do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 691/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre prestação de serviços dos estudantes universitários do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 09.03.2004. Vistas aos Deputados Tadeu Veneri e José Maria Ferreira em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná e normatiza a suspensão. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do

Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define direitos dos agentes comunitários de saúde do Paraná. **Relator: Deputado José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 736/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que cria o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. **Relator: Deputado Durval Amaral. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 738/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrancadão de Tratores no Município de Maripá. **Relator: Deputado Nelson Justus. Designado em 09.03.2004. Vistas à Deputada Elza Correia em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 41/2004, de autoria do Poder Executivo, que define limites remuneratórios e forma de cálculo para contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. **Relator: Deputado Antonio Anibelli. Designado em 19.03.2004.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória ou consumação mínima em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado. **Emendas de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza a iniciativa privada a auxiliar financeiramente o Ensino Fundamental e Médio nas Escolas Públicas Estaduais. **Emendas de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 405/2003. Autora: Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis e estabelecimentos congêneres criarem e manterem ficha de identificação de crianças que se hospedem nos estabelecimentos. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Dr. Luciano Ducci. Designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Festival Estadual de Teatro Estudantil a ser organizado através das Secretarias de Estado da Educação e/ou da Cultura. **Emenda de Plenário. Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 739/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Dia Estadual da Inclusão Digital a ser comemorado no último sábado do mês de março. **Anexo o Projeto de Lei nº 27/2004. Relator: Deputado Elton Carlos Welter. Designado em 31.03.2004.**

Projeto de Lei nº 10/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. **Relator: Deputado Delegado Bradock. Designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 11/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o destino de brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantil apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná. **Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 13/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre a criação e implantação do índice paranaense de responsabilidade social. **Relator Deputado José Maria Ferreira, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 19/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, proíbe o uso de herbicida derivado dimetilemina no Estado do Paraná. **Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 39/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, denomina de avenida Governador José Richa, o trecho da antiga BR-116, hoje conhecida como BR-476. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 256/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, altera o artigo 4º da Lei nº 11280/95 (dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao IPVA). **Emenda de Plenário. Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 317/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, altera a Lei nº 13.463/2002, que estabelece restrição a comercialização de bebidas alcoólicas

em postos de combustíveis. **Relator Deputado Marcos Isfer, designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 01/2004, de autoria do Poder Executivo, institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná. **Emendas de Plenário. Relator Deputado Elton Carlos Welter, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 61/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelece critérios para quitação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação. **Relator Deputado Antonio Anibelli, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 77/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, decreta o dia 02 de maio como dia estadual da comunidade polonesa. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 115/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Santa Bárbara, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 447/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores, com sede e foro no Município de Alto Paraná. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 474/2003, de autoria do Deputado Chico Noroeste, declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Samaritano, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 705/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o artigo 1º da Lei nº 14.181/2003 - declarou de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá, com sede e foro em Maringá. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 16/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Tia Lana, com sede e foro no Município de Londrina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 30/2004, de autoria do Deputado André Vargas, declara de Utilidade Pública o Aeroclube de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 31/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Água Viva, com sede e foro no Município de Maringá. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 46/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Sarandi, com sede em Sarandi e foro em Marialva. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 52/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Fraternidade Espírita Mensageiros da Luz, com sede e foro no Município de Ibiporã. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 31.03.2004.**

Projeto de Lei nº 59/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no Município de Pérola. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 60/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Proprietários de Imóveis dos Banheiros de Santa Terezinha e Itapuã, com sede no Município de Pontal do Paraná e foro no Município de Matinhos. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 30.03.2004.**

Projeto de Lei nº 63/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, declara de Utilidade Pública a Entidade Associação Siloé de Apoio Social, com sede e foro no Município de Curitiba. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 72/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de Utilidade Pública o Grupo Sansey Cultural e Beneficente, com sede e foro na Cidade de Londrina. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 80/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Motociclismo, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 83/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Esteio da Esperança, com sede e foro no Município de Irati. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

Projeto de Lei nº 87/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 31.03.2004.**

Projeto de Lei nº 89/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Artesanato e Costureiras de Roncador, com sede no Município de Roncador e foro na Comarca de Iretama. **Relator Deputado Jocelito Canto, designado em 06.04.2004.**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2004

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 520

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 100/2004, que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação da doação das datas de Terras que especifica no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Ilustre Senhor Walter Carlos de Azevedo, cantor conhecido em Londrina como “Havaré”.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, DD. Secretário de Estado da Educação, e Ilustríssima Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretoria Presidente da FUNDEPAR, solicitando melhorias no prédio que abriga o Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior, do Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior atende a 232 alunos portadores de surdez e de surdocegueira em período integral, ofertando o ensino fundamental e médio, sendo o único estabelecimento de

ensino de Curitiba a tratar de deficiência nesta modalidade.

Desejamos com a referida proposição oferecer ao corpo docente e discente do Educandário melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.

É oportuno ressaltar que as benfeitorias requeridas estão protocoladas na Fundepar nºs 5424319, 5517243 e 5517239.

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância para o Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O envio de uma ambulância para Medianeira, tem por objetivo oferecer um melhor atendimento na área da saúde pública, uma vez que é constante a necessidade da locomoção de docentes que residem nas áreas rurais da municipalidade, e principalmente o transporte de pacientes para tratamento em centros médicos especializados em outros municípios.

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Claudio Xavier Secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância ao Município de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente requerimento se fundamenta na necessidade de proporcionar um melhor atendimento na área de saúde pública à população do Município de Alto Paraná, uma vez que é constante a locomoção de doentes para outros municípios para realização de exames, cirurgias e demais tratamentos de saúde.

Salienta-se que os dois veículos disponíveis para tal finalidade encontram-se sucateados, praticamente, sem condições de uso.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 111/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14.314, de 16 de fevereiro de 2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciana de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede e foro no Distrito de Paraná do Oeste, Município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por único objetivo a alteração do nome da APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciana de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, do Município de Moreira Sales-PR.

PROJETO DE LEI Nº 112/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Toda gestante deve ter assegurado o direito de realização de exames de detecção do HIV durante a realização do pré-natal e/ou parto.

Parágrafo Único - A realização dos exames referidos no *caput* do artigo 1º desta lei será acompanhada de aconselhamento pré e pós-exames.

Art. 2º - Quando os exames detectarem a condição da gestante de portadora do vírus HIV, a mesma terá direito a acompanhamento especializado que inclua:

I - uso correto de terapêutica anti-retroviral na gestão, no parto e no pós-parto, quando houver indicação médica;

II - realização de cesariana eletiva quando indicada;

III - supressão medicamentosa da lactação.

Art. 3º - Crianças recém-nascidas de mães portadoras de HIV terão direito à assistência adequada que inclua:

I - investigação diagnóstica e monitoramento para HIV até o segundo ano de vida;

II - garantia de fornecimento de fórmula infantil para alimentação até o sexto mês de vida;

III - uso correto de terapêutica anti-retroviral conforme indicação médica.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) DR.LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

A infecção pelo vírus HIV é, reconhecidamente, um importante problema de saúde pública.

Um dos aspectos do problema, diz respeito à chamada transmissão vertical do vírus, que ocorre durante a gravidez e por ocasião do parto, naqueles casos em que a gestante é portadora do HIV. Os recém-nascidos, nessas situações, tornam-se também eles portadores do vírus HIV em aproximadamente 30% dos casos, vindo com o tempo a desenvolver a doença, o que gera a necessidade de tratamentos caríssimos, bem como grande sofrimento individual e familiar.

Ocorre que medidas adequadas levadas a cabo durante a gestação têm se demonstrado altamente eficazes na prevenção da transmissão vertical do vírus.

Consistem em providências que podem ser adotadas em qualquer serviço de média complexidade dos que dão assistência pré-natal pelo Sistema Único de Saúde, com alto impacto para evitar sofrimentos e tratamentos prolongados após o nascimento.

A primeira delas diz respeito à detecção da condição de portadora do vírus por parte da gestante, o que deve ser feito mediante adequado aconselhamento para que ela possa entender a importância de ser submetida aos exames, hoje um imperativo de rotina em acompanhamento pré-natal. Quando detectado o HIV a aplicação de um protocolo simples, tem alto impacto.

Em Curitiba, a adoção de um protocolo como o contido neste projeto de lei, fez com que a transmissão vertical do vírus HIV fosse zerada em 2003. Naquele ano foram atendidas 99 gestantes portadoras do HIV, evitando-se perto de 33 recém-nascidos portadores do HIV por transmissão vertical.

Diante desses argumentos são imperiosas as razões para apoio e transformação desta proposição em Lei Estadual, que pode, seguramente, evitar a transmissão vertical do vírus HIV, para aproximadamente 1300 crianças paranaenses por ano (0,8% da população de nascidos vivos).

PROJETO DE LEI Nº 113/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação ILE AXE ODE KARE IGBO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação ILE AXE ODE KARE IGBO -, é uma entidade filantrópica, assistencial e cultural, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, que tem por finalidade o atendimento sócio educativo à comu-

nidade carente, propiciando atividades para crianças e adolescentes na faixa etária de 08 a 18 anos, promovendo desenvolver seu “eu”, dentro dos princípios do civismo, responsabilidade e amor ao próximo.

Em sendo assim solicitamos o apoio dos nobres pares, desta egrégia Casa de Leis, no presente plano de lei, por apresentar o caráter meritório como se justifica.

PROJETO DE LEI Nº 114/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná ficam obrigados a realizar exame de diagnóstico clínico de catarata congênita em recém-nascidos pela técnica conhecida como “reflexo vermelho”.

Art. 2º - Os resultados positivos de catarata congênita em recém-nascidos serão encaminhados para cirurgia, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data do resultado do exame, bem como, comunicados à Secretaria de Estado da Saúde, objetivando constituição de um Banco de Dados.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma das principais causas da cegueira infantil no mundo de hoje, a catarata congênita merece atenção especial. A catarata é definida como qualquer perda de transparência do cristalino que diminua a acuidade visual. Esta alteração do cristalino pode ser causada por doenças infecciosas intrauterinas como rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus e sífilis, alterações genéticas, além de outras enfermidades.

Mundialmente, a catarata congênita tem uma incidência de 0,4% ou 1 caso para cada 250 neonatos e no Brasil, este tipo de catarata tem uma incidência de 5,5 ou 12% nos neonatos.

O sintoma inicial da catarata congênita é a perda progressiva da acuidade visual, podendo chegar à cegueira total por evolução na opacificação do cristalino. Seu diagnóstico é difícil e costuma passar despercebido, pois o exame raramente é realizado em neonatos.

O tratamento da catarata congênita deve ser o mais precoce possível e no caso da catarata parcial ou total a

solução é cirúrgica devendo ocorrer, no máximo, antes de 12 semanas de vida.

Assim sendo, o presente projeto de lei tem por objetivo garantir que no Paraná, como já ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, o diagnóstico seja feito o mais prontamente possível, assegurando assim um tratamento mais eficiente que proporcionará saúde visual para nossas crianças. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa à nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

(Todas declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede estadual de ensino, e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2003, de 26/02/2003).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 719/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02/12/2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 728/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação PROCAXIAS - Conselho

Pró-Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Salto Caxias, com sede no município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/2003, de 08/12/2003).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 045/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de professores e Alunos do Centro de Artes Guido Viaro, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2004, de 08/03/2004).**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2004. Objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 29 de Dezembro de 2003, as expressões por projetos/atividades. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 16/02/2004-Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA MENSAGEM Nº 002/2004

P A R E C E R :

A Mensagem nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo tem por desígnio excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei nº 14.275, de 29 de Dezembro de 2003, as expressões “por projetos/atividades”.

A justificativa que dá azo à convalidação em lei do projeto ora sopesado alude que a referida proposição torna-se indispensável para a executabilidade da Lei Orçamentária focada no interesse público, tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual fora elaborada com um detalhamento expressivo de Projetos e Atividades para possibilitar a ligação salutar entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

Porém, devido às Emendas deste Poder Legislativo, foram acrescentadas ao corpo da Lei Orçamentária as expressões “por projetos/atividades” as quais poderiam tornar morosa alterações rotineiras na execução dos orçamentos, vindo a sobrecarregar, desnecessariamente, os trabalhos do próprio Poder Legislativo.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifestando-se de modo favorável em vista da constitucionalidade da matéria, fazendo fulgurar que se faz mister a apreciação da Mensagem pela Comissão de Orçamento, para análise de seu mérito.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 002/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 02/2004, na qual ficam excluídas dos incisos II, IV e V, do artigo 12 da Lei nº 14.275, de 29 de Dezembro de 2003, as expressões “por projetos/atividades”.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Orçamento no tocante à Constituição e legalidade. Tendo em vista o nível de agregação das dotações por projeto e/ou atividades, é verídica a afirmação do Poder Executivo de que este dispositivo limita sensivelmente os ajustes orçamentários necessários no curso do exercício, além de tornar morosos os procedimentos em função da exigência de um projeto de lei para cada alteração de que se fizer necessária. O aumento de projetos e atividades que fazem parte desta Lei Orçamentária, que foi em torno de 10% em relação à lei anterior e provocou uma acentuada distribuição de recursos objetivando a ligação entre a LOA e o PPA, conforme define a legislação vigente, o que constitui mais um fator de complicação para controle e acompanhamento dos limites definidos na lei.

A limitação por projeto e/ou atividade impacta um tempo maior nos ajustes normalmente ocorridos no âmbito da administração e dificulta a celeridade no atendimento aos programas governamentais, principalmente, os essenciais, o que torna este limitado contrário ao interesse público. Sob a ótica do Poder Executivo a manutenção do limitador de ajustes, nos termos da proposta original atende as necessidades da administração no que tange à implementação dos programas de governo de maneira rápida e eficiente, o que é o anseio da sociedade.

Portanto, este projeto de lei pretende, com a eliminação do contingenciado “por projeto/atividades”, tornar flexível o processo de ajustes orçamentário, desburocratizar a administração pública, dar celeridade aos atos do governo e garantir a eficiência na gestão, sem, contudo, comprometer as atribuições constitucionais do Poder Legislativo, que certamente estará mantida, já que os limites percentuais ficaram aquém da proposta original.

Pelo exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2004.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sobre a mesa, Requerimento nº 520, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 522 e 523, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 525, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 528, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/2003.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 036/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 061/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no artigo 16 da Resolução nº 003/2004

R E S O L V E :

Fixar em R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) o valor dos créditos mensais previstos na resolução acima.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.03.2004.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 003/2004

D E T E R M I N A :

Às Diretorias de Apoio Técnico e Financeira para que, dentro de suas áreas de competência, tomem as medidas abaixo:

I - empenho e liquidação no elemento 3390 3999 - Outros Serviços e Encargos - no valor de R\$ 442.500,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais) em nome dos senhores Deputados;

II - crédito de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), aos senhores Deputados, para aplicação conforme a Resolução nº 003/2004.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 063/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando que a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como a Lei Estadual nº 10.692, de 27 de dezembro de 1993, asseguram gratificação aos servidores que desempenham atividades perigosas,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder aos funcionários que prestam serviços na Coordenadoria de Segurança, desta Casa, que atuam como Segurança, gratificação de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento básico.

Art. 2º - O direito a percepção do adicional de periculosidade cessará com a eliminação das condições ou riscos que deram causa à concessão.

Art. 3º - Esta Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 064/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Conceder à MANOELA AGUDO CAETANO, viúva do ex-Deputado Estadual Alcides Caetano, falecido em 14 de agosto de 2002, pensão mensal, estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002. (Prot. nº 0082/2004)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 065/2004

Determinar à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula nº 512, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado no cargo de Consultor Técnico às Comissões, nível NU-1, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 15/01, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 5561/2003)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.03.2004.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 003/2004.

D E T E R M I N A :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 066/2004

Às Diretorias de Apoio Técnico e Financeira para que, dentro de suas áreas de competência, tomem as medidas abaixo:

I - empenho e liquidação no elemento 3390 3999 - Outros Serviços e Encargos - no valor de R\$ 1.608.750,00 (um milhão, seiscentos e oito mil e setecentos e cinquenta reais) em nome dos Srs. Deputados;

II - crédito de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais) ao Sr. Deputado Luis Nishimori, crédito de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), aos demais Srs. Deputados, para aplicação conforme Resolução nº 003/2004.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.04.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 23/2004

O Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à funcionária deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, matrícula nº 40689, de quinze (15) dias, a partir de 19 de fevereiro de 2004, término 04 de março de 2004, CID. 10 S.93.2

(Prot. nº 1434/2004)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.03.2004.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral